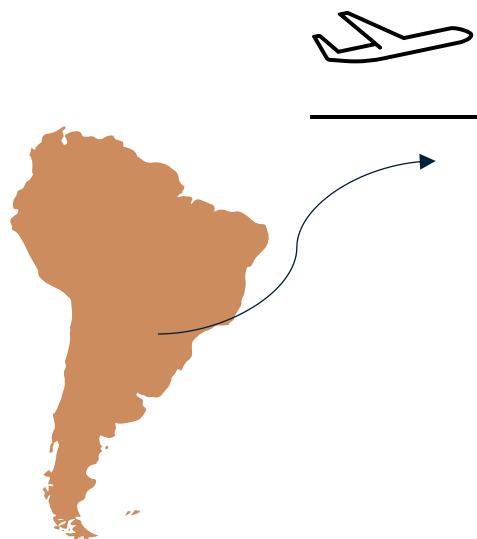


PROGRAMA REINTEGRA E SUSPENSÃO DE PIS/COFINS PARA SERVIÇOS NO ***DRAWBACK*** E RECOF

(LEI COMPLEMENTAR Nº 216/2025 E
DECRETO Nº 12.565/2025)

Julho 2025





Com o advento da Lei Complementar ("LC") nº 216/2025, tivemos novidades relevantes para empresas exportadoras brasileiras.

Com base no programa Acredita Exportação, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras ("Reintegra") passa a ser aplicável também para a devolução do resíduo tributário às empresas exportadoras sujeitas ao regime do Simples Nacional. Além disso, houve definição de um prazo para a extinção do Reintegra, atrelado ao início da cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e à extinção do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("Cofins").

A LC nº 216/2025 também dispõe sobre a possibilidade de suspensão do PIS e da Cofins incidentes na importação ou contratação no mercado interno de serviços vinculados à exportação por empresas beneficiárias do Regime Aduaneiro Especial de *Drawback* e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado ("Recof").

Reintegra (LC nº 216/2025 e Decreto nº 12.565/2025)

DEMAREST

Reintegra para empresas do Simples Nacional (Programa Acredita Exportação)

- 1 Devolução do resíduo tributário na cadeia de produção de bens exportados para empresas do Simples Nacional.
 - 2 Segundo a LC nº 216/2025, o percentual de devolução poderá variar entre 0,1% e 3%, admitidas diferenciações com base no bem e no porte de empresa exportadora.
 - 3 O Decreto nº 12.565/2025 fixa em 3% o percentual de devolução para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte entre 01 de agosto de 2025 e 31 de dezembro de 2026.
-

Extinção do Reintegra (Art. 28-A da 13.043/2014)

- 1 O Reintegra será extinto a partir da implementação da cobrança da CBS e da extinção do PIS e da Cofins. De acordo com a legislação vigente, essa extinção se dará em 2027.
 - 2 No caso da aplicação do Reintegra para empresas do Simples Nacional, haverá uma revisão do regime em 2027.
-

Drawback e Recof – Suspensão do PIS e da Cofins sobre serviços

DEMAREST

- A LC nº 216/2015 dispõe sobre a suspensão do PIS e da Cofins incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno de serviços vinculados direta e exclusivamente à exportação ou associados à entrega, no exterior, de produtos resultantes da utilização dos regimes de *Drawback* e Recof.

Serviços vinculados direta e exclusivamente à exportação

| | | | |
|---|---|--|--|
| Serviços de intermediação na distribuição de mercadorias no exterior (comissão de agente) | Serviços de armazenagem de mercadorias | Serviços de manuseio de contêineres | Serviços de agenciamento de transporte de cargas |
| Serviços de seguro de cargas | Serviços de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário ou multimodal de cargas | Serviços de unitização ou desunitização de cargas | Serviços de remessas expressas |
| Serviços de despacho aduaneiro | Serviços de manuseio de cargas | Serviços de consolidação ou desconsolidação documental de cargas | Serviços de pesagem e medição de cargas |
| Serviços de refrigeração de cargas | | Arrendamento mercantil operacional ou locação de contêineres | |

Serviços associados à entrega de produtos no exterior

| | |
|---|--|
| Serviços de instalação e montagem de mercadorias exportadas | Serviços de treinamento para uso de mercadorias exportadas |
|---|--|

Drawback e Recof – Suspensão do PIS e da Cofins sobre serviços

DEMAREST

16975.95

Disposições gerais para a suspensão do PIS e da Cofins

- 1 As disposições da LC nº 216/2025 que tratam da suspensão do PIS e da Cofins entram em vigor em 01 de janeiro de 2026.
- 2 A expressão “Venda efetuada em regime de suspensão”, incluindo a especificação do dispositivo legal aplicável, deverá constar nas notas fiscais relativas à prestação de serviços para empresa habilitada.
- 3 Apenas a pessoa jurídica habilitada poderá efetuar contratações locais ou importações de serviços com suspensão (o ato que habilite a pessoa jurídica deverá listar os serviços beneficiados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS).
- 4 Ficam reduzidas a zero as alíquotas do PIS e da Cofins suspensas após a realização das exportações, que poderão ser promovidas com a intermediação de empresa comercial exportadora, na forma estabelecida pela Receita Federal Brasileira (RFB).
- 5 A pessoa jurídica que não promover a exportação do produto resultante da utilização dos regimes aduaneiros fica obrigada a recolher as contribuições com o pagamento suspenso, acrescidas de juros e multa de mora.

A equipe de **Tributário do Demarest** permanece à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

NOSSOS ESPECIALISTAS DE TRIBUTÁRIO

SÓCIOS ORGANIZADOS POR ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

DEMAREST

TRIBUTOS DIRETOS*



André Novaski



Carlos Eduardo Orsolon



Christiano Chagas



Roberto Casarini

CARF



Gisele Bossa

COMEX*



Victor Lopes

PREVIDENCIÁRIO*



Marcello Pedroso

TRIBUTOS INDIRETOS*



Douglas Mota



Thiago Amaral



Jerry Levers



Fabio Florentino

CONTENCIOSO JUDICIAL



Marcelo Annunziata



Priscila Faricelli



Luiza Lacerda

TRIBUNAIS SUPERIORES



Angela Cignachi
(Brasília)

(*) Realizam **trabalho consultivo e contencioso administrativo.**